O CALENDÁRIO "DE GALA" DOS TEATROS PERNAMBUCANOS NO PRÉ E PÓS ABDICAÇÃO DE D. PEDRO I (1829-1835)

Manuel Victor de Lyra Leite Pessoa[1]

RESUMO: Nosso trabalho buscou analisar o calendário de apresentações festivas feito nos teatros pernambucanos Casa da Ópera e Theatro de Olinda, entre anos de 1829-1835, procurando identificar e analisar as apresentações teatrais que queriam fazer homenagens a datas históricas. Buscamos formular esse calendário por meio da coleta de anúncios dos teatros pernambucanos publicados nos periódicos da província, disponíveis na hemeroteca digital. Os teatros nos oitocentos eram um dos espaços de sociabilidade mais requisitados, e ao propor apresentações festivas em datas históricas, esses espaços poderiam atuar na construção de uma memória histórica. É notável que a conjuntura da época, marcado por mudanças na política nacional e local ocorridas no pós abdicação, impactaram de forma direta na formulação do calendário festivo dos teatros pernambucanos. Percebemos nesse calendário uma grande valorização das datas associadas a realeza brasileira, sendo notável no pós abdicação a atuação dos teatros para naturalização de D. Pedro 2º como imperador brasileiro. Ainda assim, uma das mudanças mais significativas no pós abdicação fora inserção de festas a datas que faziam homenagens a assembleia constituinte e a própria constituição, rememorando fatos históricos que poderiam tirar um pouco do protagonismo da realeza na história política do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Abdicação de D. Pedro I. Teatro. Festas cívicas.

1 INTRODUÇÃO

Nosso trabalhou buscou identificar e analisar o calendário dos teatros de Recife e Olinda divulgados nos jornais pernambucanos entre anos de 1829 a 1835, feito para ser ou parecer ser uma homenagem a uma data histórica, buscando entender como esse calendário possa ter servido na construção de uma memória histórica.

Os calendários de festividades podem ser uma ferramenta importante na construção de uma memória, ou mesmo de uma identidade nacional, e há um bom número de estudos sobre os significados dessas festividades oficiais impostas via um calendário oficial. Um exemplo que temos pode ser visto no trabalho da historiadora Lídia Santos

[1] Graduando em História pela Universidade Católica de Pernambuco

sobre a festa que comemoravam a proclamação da independência, ocorridas anualmente no dia 07 de setembro. Essa era uma das principais festas do século 19, ganhando grande popularidade em Pernambuco na década de 30 dos oitocentos. Comemorar essa data ano a ano era uma forma de: "reafirmar as conquistas que moldavam o Estado Nacional, e também garantir a participação política de cada um. Criar o hábito de festejar a data anualmente foi importante para criação de símbolos que estimulassem o pertencimento à nação" (SANTOS, 2018, p. 90).

Não cabe aqui discutir se a independência era uma conquista ou não. O que nos interessa é o fato da independência, e provavelmente outros fatos históricos, precisassem ser reafirmados como uma conquista que moldava o Estado Nacional. Estava na ordem da festa relembrar o ato como "conquista" e não "golpe", bem como lembrar de alguns pormenores, como o protagonismo de Pedro I, tratado como herói, figura símbolo da independência. Para isso, existia um calendário oficial de festas nacionais, instituído em 09 de setembro de 1826 (SANTOS, 2020). O calendário nesse sentido marca um momento chave: era a tentativa de se criar uma tradição festiva que servisse para relembrar quais os fatos históricos deveriam ser percebidos como parte da própria identidade do novo estado brasileiro.

Seguindo a teoria do historiador Eric Hobsbawm em seu livro "A invenção das tradições", a criação de um calendário de festividades poderia ser justamente a tentativa de se "inventar" uma tradição – no nosso caso, uma tradição festiva. O autor acredita que tradições são inventadas toda vez que: "as velhas tradições, juntamente com seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostras de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e da flexibilidade; ou quando são eliminados de outras formas" (HOBSBAWM, 2008, p. 12).

Se não era esse exatamente o contexto que o Brasil passava? No pós independência, novas instituições precisariam ser criadas, e tradições mais "adequadas" precisariam ser inventadas para sustentar essas instituições.

Para Hobsbawm, essas novas tradições serviriam como formas de se criar memórias sobre um passado. Seriam um conjunto de práticas de caráter simbólico, que viriam para melhor se adequar a uma nova conjuntura política e social. Para a historiadora

Lúcia Oliveira, a festa da independência do século 19 seria uma festa revolucionária, que "ao proporem a lembrança de fatos, de feitos heroicos passados a serem recuperados, as festas contribuem para legitimar e dar coesão social a nação" (OLIVEIRA, 1989, p. 181). Nessa sentido, a tradição festiva visava lembrar alguns fatos específicos do passado, com objetivo de legitimar o grupo "revolucionário" que recém tomou o poder. Sendo assim, acreditamos que os calendários de festividades nacionais rememoravam certa interpretação da história, para legitimar os projetos políticos daqueles que estão no poder. E se a festa da independência poderia fazer de alguns fatos históricos símbolos nacionais (seja esses fatos reais ou não), que outros fatos históricos poderiam ter sido colocado como símbolo nacional, e o que esses símbolos significariam? Que outras datas históricas poderiam ser igualmente festejadas?

É importante frisar que nós estamos falando do calendário dos teatros, que não necessariamente representariam os interesses daqueles que estavam na "alta cúpula" do estado nacional. Em leitura dos periódicos pernambucanos, parece-nos que havia um empresário do teatro, que administrava o espaço a seu próprio gosto, de forma privada. Uma afirmação do teatrólogo Valdemar de Oliveira em seu livro sobre a Casa da Ópera, principal teatro pernambucano na primeira metade dos oitocentos, nos ajuda a elucidar esse aspecto. Valdemar fala sobre Gamboa, um dos empresários mais longevos desse teatro, destacando toda a sua autonomia na gestão desse espaço:

> A leitura dos "comunicados" de Gamboa aos jornais, convocando valores artísticos da Província, contratando companhias, coordenando assinaturas, propondo organizar uma sociedade que representasse sólido lastro financeiro para cometimentos mais altos; as peças teatrais por ele escrita (dois dramas alegóricos encenados na festa da independência e no natalício de Pedro II); a ênfase corajosa com que responde a ataques; entrega reformas ao prédio, estabelece normas moralizadoras (OLIVEIRA, 1977, p. 21).

Gamboa contrata companhias, coordena assinaturas, reforma o espaço e organiza sociedades de artistas. Se era privado ou não, certamente esse empresário tinha autonomia para selecionar o que seria apresentado.

Mesmo que gerido de forma independente da máquia pública, era grande a responsabilidade desses empresários, visto ser os teatros um dos mais importantes espaços sociabilidade de Pernambuco. O jornalista Mario Sette trata o espaço no Pernambuco oitocentista como um dos lugares "que os raros contatos sociais se permitiam naqueles tempos de um cotidiano saturado de recato e reclusão" (SETTE, 1978, p. 206). Em afirmação do historiador Felipe Souza sobre o mesmo contexto:

> O desenvolvimento das artes era um termômetro que indicava o nível de sofisticação e cosmopolitismo das cidades na época. A agitação da ópera no Recife, por exemplo, criou um intenso intercâmbio entre artistas estrangeiros e nacionais, movimentou a economia de produtos de luxo, a oferta por aulas de canto, aguçou debates estéticos e morais, avivou disputas políticas. (SOUZA, 2018, p. 22).

Dada a importância desses espaços, acreditamos que eles possam também ter atuando na construção dessa memória histórica, ou simplesmente na construção do hábito de se festejar alguns dias, por meio de anúncios de noites teatrais feitos em homenagem a datas/fatos históricos. E é com essa percepção sobre os teatros no século 19 que partimos para nossa investigação.

2 A ABDICAÇÃO DE D. PEDRO I

Entender como uma conjuntura histórica impacta na percepção sobre a história faz parte da essência do ofício do historiador, e por isso nosso método de pesquisa foi a da relação de nossas fontes com a produção historiográfico sobre a conjuntura histórica no período estudado. A escolha por esse período de 1829 a 1835 ocorre numa tentativa de entender como a abdicação de D. Pedro I influenciou na formação desse calendário dos teatros.

Estamos falando de um período de revoltas regenciais, sobretudo em decorrência da abdicação de D. Pedro I. Eram movimentos que ressignificavam a abdicação como uma "revolução do povo", quase como uma nova independência. Nos atenta Marcus Carvalho que "chamar de "revolução" a queda de d. Pedro I no dia 7 de abril de 1831 é um anacronismo explícito que os historiadores há muito deixaram de

empregar" (CARVALHO, 2009, p. 129). Ainda assim, segundo o autor, para os contemporâneos da época o sentimento de revolução era latente, sendo comparável apenas ao da independência brasileira.

Para chegarmos em 1831 é preciso fazer um breve retorno, mais propriamente dito a 1828. Com as sucessivas crises do império e as constantes tentativas de centralização política, até mesmo as oligarquias locais alinhadas ao império começaram a esboçar uma insatisfação. A conjuntura política trazia uma brecha para antigos adeptos da confederação do equador retornassem gradativamente a cena política em Pernambuco (CARVALHO, 2009).

O discurso federalista, que defendia uma maior autonomia das províncias frente a metrópole, estava na ordem do dia quando ocorreu a abdicação de D. Pedro I. A saída de Pedro era percebido como uma expulsão de um "imperador tirano", e a palavra "revolução" parecia apropriada para quem vivia naquela época. A "revolução de 7 de abril" era celebrada no Brasil como a "vitória da Constituição sobre o absolutismo, do liberalismo sobre o conservadorismo ultramontano, do Parlamento sobre a coroa" (CARVALHO, 2009, p. 129).

A movimentação quase imediata após a abdicação foi a anistia de vários rebeldes ex-confederados e a nomeação de Francisco de Carvalho Paes de Andrade, irmão do presidente da malfadada confederação do Equador, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, para presidência da província de Pernambuco, ainda em 1831. A conjuntura pós abdicação trazia um anseio por mudanças. Que impactos essa nova conjuntura teria nos teatros pernambucanos?

3 O CALENDÁRIO "DE GALA" DOS TEATROS PERNAMBUCANOS

No trato com a fonte primária da pesquisa, fizemos uma coleta e análise de 48 anúncios dos teatros publicados no periódico Diário de Pernambuco, entre os anos de 1829 a 1835, disponível na hemeroteca digital. O critério para considerar o anúncio como uma noite de festividade em homenagem a uma data histórica foram basicamente dois. O primeiro critério foi quando o próprio anúncio especificava que o que se anunciava era

uma apresentação teatral em homenagem a uma data histórica, geralmente feito logo no início do anúncio. Esse tipo de anúncio as vezes era bem objetivo, como num anúncio que diz já nas suas primeiras frases que "Hoje 2 de Dezembro aniversário natalício de SMI o Sr D. Pedro II, haverá o seguinte Expetaculo [...]" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 02/12/1834). As vezes se detalhava mais:

> O empresário do Theatro Nacional desta cidade, pretende festejar o dia do excelso nome de SMI e C o Sr Pedro 2º, está aprontado um espetáculo digno de tão alto objeto, e de respeitável público desta cidade para o que desde já o convida, e lhe apresenta o seguinte [...] (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 15/10/1833).

Esses anúncios que especificavam que datas históricas estariam sendo homenageadas nos ajudaram a identificar outros anúncios que não traziam a mesma especificação. Para o próprio dia 02 de dezembro, natalício do imperador, houve um anúncio em 1832 cuja única informação que nos permite saber ser ele um dia de festa é pelos dizeres no início do anúncio: "Amanhã 2 do corrente dia de grande Galla se porá em cena depois de um drama […]" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01/12/1833). O termo "grande Galla" já nos atenta que aquele dia poderia ser um dia de festa. Porém só sabemos de fato qual fato histórico seira pela existência de outro anúncio do teatro feito para mesma data, só que em um ano diferente, porém especificando qual fato histórico se homenagearia. Esse tipo de anúncio foi o segundo tipo considerado em nossa coleta.

No geral, os anúncios do teatro para datas cívicas destoavam de um dia corriqueiro de teatro, fazendo convite as autoridades, aumentando os preços, anunciando um volume maior de performances teatrais e novos elementos cênicos só para noite. Porém nos parece que o fato que mais destoava aqueles anúncios dos anúncios dos dias "comuns" era a presença de um pequeno cortejo a um monumento. Anunciava-se um drama que seria recitado perante esse monumento (o quadro do imperador na maioria das vezes), e depois dessa recita se cantaria um hino:

> Amanhã 19 do corrente, por ser o Dia do Excelso Nome de SMI o Snr. D. Pedro II, haverá o seguinte expectaculo - Depois de uma das melhores sinfonias, dará princípio pela representação de um Drama, que subiu a

> acena no dia 2 de Dezembro do anno passado, e que foi muito aplaudida. Elle tem bellas mutações, e desenvolve perfeitamente de uma horrorosa vista de gruta infernal, para uma perspectiva allegre, em a qual se vê um magestoso Throno, sobre o qual estará colocado o Augusto Retrato de S. M. I. perante o qual se cantará o Hymno Nacional […] (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 18/10/1834).

O cortejo ao quadro do imperador era prática comum em vários lugares onde se fazia festas nacionais. Na percepção do historiador Octávio Basile (2006), este ato servia para patentear a lealdade ao imperador nas diversas localidades da província, personificando a monarquia brasileira, e o próprio país, em sua pessoa. Este ato nos parece ser um bom exemplo da tentativa de construção simbólica/histórica presente nesses festejos.

É notável que esse conjunto de práticas se repetia tanto em dias de festa nacional como em dias de gala, ou mesmo em dias que nem se quer eram considerados dias de gala. No trabalho da historiadora Lidia Santos sobre o calendário oficial da província, a autora traz alguns calendários que nos mostram que há sim diferenças entre o que seria um dia de gala e um dia de festa nacional. Os dias de gala seriam feriados nacionais, mas não necessariamente teriam festividades nesse dia. Já os dias de festas nacionais seriam apenas alguns dias de gala que, além de serem feriado, haveria também uma festividade cívica. Temos cerca de 25 dias de gala tipificados em um calendário de 1822. E em 1826, só 5 desses dias foram considerados dias de festa nacional, sendo os dias: "09 de janeiro (dia do fico), 25 de março (juramento da constituição), 03 de maio (abertura da Assembleia Constituinte), 07 de setembro (independência do Brasil), e 12 de outubro (aclamação de Dom Pedro I e oficialização do Império)" (SANTOS, 2020, p. 316).

Mas os anúncios do teatro tratavam de igual forma dias de gala e dias de festa nacional. Traziam a mesma forma de festejar nos anúncios, e chegavam a incluir datas que nem se quer estavam tipificada em nenhum dos dois calendários oficiais. Eram datas que destoavam até mesmo dos possíveis novos dias de gala no pós abdicação. A festa era sim uma forma de valorizar esses dias, e os teatros inventavam suas próprias datas para dar importância, construindo uma tradição festiva distinta da "oficial".

Desta forma, é preciso frisar que tanto o calendário de festas nacionais como o calendário de gala trazidos pela historiadora Lida Santos foram ferramentas de grande importância para ajudar a encontrar e analisar os possíveis dias de festas nos teatros. O calendário de gala que trabalhamos pode ser vista na Tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Dias de Gala instituídos pela lei de dezembro de 1822 em comparação com as festas registradas no Almanaque Carioca de 1816

Festa	1816	1822
01.01 - Cumprimento de bons anos as Majestades Imperiais.	Pequena Gala	Grande Gala
06.01 - Dia de Reis	Grande Gala	Pequena Gala
22.01 – Aniversário da Imperatriz.	-	Grande Gala
26.02 - Dia em que Sua Majestade Imperial Proclamou no Rio de Janeiro o Sistema Constitucional.	-	Grande Gala
07.03 - Chegada do Imperador na Corte.	Simples Gala	Pequena Gala
11.03 - Aniversário da Infanta Dona Januária.	-	Pequena Gala
13.03 - Primeira oitava da Páscoa.	Grande Gala	Grande Gala
30.03- Domingo de Páscoa.	Simples Gala	Pequena Gala
04.04 – Aniversário da Princesa D. Maria da Gloria.	-	Grande Gala
25.04 – Aniversário da Rainha de Portugal e Algarves	Grande Gala	Grande Gala
13.05 – Aniversário do Rei de Portugal e Algarves	Grande Gala	Grande Gala
29.05 - Procissão de Corpo de Deus	Simples Gala	Pequena Gala
05.06 - Procissão de Corpo de Deus na Capela Imperial.	Grande Gala	Grande Gala
06.06 - Coração de Jesus e Festa dos Comendadores na Capela Imperial.	-	Pequena Gala
15.08 - Assunção de Nossa Senhora.	-	Pequena Gala
14.09 - Festa dos Cavaleiros de Cristo na Capela Imperial.	-	Pequena Gala
19.09 - São Januário.	-	Pequena Gala
12.10 – Aniversário do Imperador e Sua Aclamação	Grande Gala	Grande Gala
19. 10- Nome do Imperador	Simples Gala	Grande Gala
05.11 - Chegada do Imperador ao Brasil.	-	Pequena Gala
1511. - Nome da Imperatriz.	Grande Gala	Grande Gala
01.12 - Aniversário da Sagração e Coroação do Imperador	-	Grande Gala
08.12- Nossa Senhora de Conceição	Grande Gala	Grande Gala

25.12 - Dia de Natal	Simples Gala	Pequena Gala
26.12 - Primeira oitava do Natal.	Grande Gala	Grande Gala
31.12 -São Silvestre	Pequena Gala	Pequena Gala

Fonte: SANTOS (2020, p. 315).

Para fazer a análise desse calendário "de gala" dos teatros pernambucanos, tomamos como base a teoria da invenção das tradições levantadas por Eric Hobsbawm, bem como a noção de festa revolucionária levantada por Lúcia Oliveira, já comentada aqui no texto. Nos alinhamos também a interpretação levantada pela própria historiadora Lídia Santos, em seu estudo sobre o calendário nacional dos oitocentos. A autora acredita que o calendário de festividades, na cidade do Recife "alteravam-se com os acontecimentos políticos" (SANTOS, 2019, p. 5), e "para as diversas instituições particulares, as decisões do governo não podiam simplesmente decidir quais seriam os dias em que se pararam os trabalhos" (SANTOS, 2019, p. 11). Ou seja, os dias que se desejaria parar de trabalhar para festejar. Não queremos dizer que se pararia os trabalhos para se "festejar" no teatro. Mas teria festa sim naquele espaço!

Colocamos todos os anúncios que encontramos em uma tabela, formando um calendário, e a partir dessa tabela levantamos algumas porcentagens, a fim de melhor analisar. Os teatros que anunciaram atrações durante o período estudado fora a Casa da Ópera, teatro público concedido a iniciativa privada, da cidade do Recife. Este espaço fora o que trouxe um volume maior de anúncios. Em menor quantidade, em Olinda, um espaço chamado Theatro de Olinda trouxe atrações "de gala", que também foram incluídas em nossa análise. Na Tabela 2 a seguir, podemos ver qual fora esse calendário festivo dos teatros pernambucanos entre 1829 e 1835:

Tabela 2 – Calendário de festividades dos teatros pernambucanos entre 1829 e 1835

Casa da Ópera (R); Theatro de Olinda (O); Não houve apresentação (x)								
FESTAS	**Dia**	**1829**	**1830**	**1831**	**1832**	**1833**	**1834**	**1835**
Dia dos desposórios da princesa Amélia	**04-02**	**x**	**R**	**x**	**x**	**x**	**x**	**x**
Aniversário da princesa D. Januária	**11-03**	**x**	**x**	**x**	**x**	**x**	**x**	**R**
Aniversário da constituição	**25-03**	**x**	**x**	**R**	**R**	**R**	**R**	**R**

Inauguração da assembleia	**01-04**	x	x	x	x	x	x	R
Dia da Abdicação de D. Pedro I	**07-04**	x	x	O	R e O	R	R e O	R
Aniversário da abertura da assembleia	**03-05**	x	x	O	R	x	R e O	R
Aniversário de D. João IV	**13-05**	x	R	x	x	x	x	x
Em comemoração a derrota dos Cabanos	**22-06**	x	x	x	x	x	R	x
Dia do nome do imperador D. Pedro II	**29-06**	x	x	R	R	R	x	x
Aniversário da princesa Amélia	**31-06**	x	R	x	x	x	x	x
Restauração da Bahia	**02-07**	x	x	x	x	O	x	O
Festa da independência	**07-09**	R	R	R	R	R e O	R	R
Dia da aclamação de D. Pedro I	**12-10**	x	R	x	x	x	x	x
Aniversário de D. Pedro I	**17-10**	x	R	x	x	x	x	x
Dia do nome do imperador D. Pedro II	**19-10**	R	R	x	x	R	R	R
Natalício do imperador D. Pedro II	**02-12**	R	x	R	R	R	R	x
Casa da Ópera: total de 40 apresentações								
Theatro de Olinda: total de 8 apresentações								

Fonte: Elaborado pelo autor.

O que esse calendário nos permite ver? Sendo a Casa da Ópera o espaço com maior volume de atrações, falaremos primeiro dele. Nos chama atenção primeiramente a grande presença de "homenagens" a realeza, sendo correspondente a 52% do calendário "de gala" deste teatro. O ano de 1830 em particular fazia duas homenagens a princesa Amélia de Leuchtemberg, três homenagens diretas à D. Pedro I, e ainda fazia uma homenagem ao aniversário de D. João VI, antigo rei de Portugal, Brasil e Algaves, e figura carimbada nas críticas dos liberais, que o associava a um rei absolutista pelo qual o Brasil se "libertava". A data de D. João inclusive já havia saído do calendário de gala de 1826, como podemos ver na **Tabela 1**, trazida pela historiadora Lidia Santos (2019). Enquanto os liberais retornavam a cena política, estava o teatro tecendo largas homenagens a monarquia luso-brasileira. Se considerarmos outras festas que traziam o cortejo a um quadro da realeza, esse número aumenta consideravelmente, como podemos ver na Tabela 2 abaixo.

Tabela 2 - Homenagens a realeza no calendário da Casa da Ópera (1829-1835)

Tipos de homenagens a realeza	Quantidade (%)
Cortejo a um quadro de uma realeza e/ou Homenagem direta a realeza	29 (72%)

Cortejo a um quadro de uma realeza	**23 (57,5%)**
Homenagens a datas associadas diretamente a realeza	**21 (52,5%)**
Homenagens a datas associadas diretamente a D. Pedro II	**15 (37,5%)**

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dentro dessa homenagem a realeza, nota-se que a partir da abdicação logo surgiram diversas homenagens ao jovem D. Pedro 2º, futuro herdeiro ao trono brasileiro, mas que tinha só 6 anos quando ocorrera a abdicação. Os anúncios do teatro chegavam a estabelecer uma data de "coroação" (que ainda não ocorrera). Em 1832, na festa em comemoração a abdicação de D. Pedro I, dizia-se ser "Aniversário da aclamação de D.Pedro 2º", a ser comemorado no dia 08/04 (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 07/04/1832); Na mesma festa, desta vez do ano de 1833, dizia-se ser "Aniversário da regeneração brasileira e da aclamação de D. Pedro II", desta vez comemorada no próprio dia 07/04 (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 06/04/1833). Pode-se dizer que os empresários da Casa da Ópera atuaram para aceitação de D. Pedro 2º como imperador do Brasil, cimentando um caminho para o "golpe" da maioridade de 1840.

Nos parece que não era "dado" que D. Pedro 2º se tornaria futuramente o imperador nos velhos moldes de seu pai, de forma que nos parece claro que o que vemos no teatro era uma construção dessa possibilidade, rememorando a linhagem monárquica. Muitos historiadores chegam a tratar o período regencial como uma "experiência republicana", sobretudo pela reforma na constituição ocorrida em 1834 por um ato adicional. Dentre as várias mudanças ocorridas que visavam dar maior poder as províncias, José Murilo de Carvalho destaca que o ato adicional retirou da regência que governaria o país "uma das principais atribuições do Poder Moderador, a de dissolver a Câmara" (CARVALHO, 2012, p. 90). O rei que viria depois seria de uma monarquia sustentada por instituições populares. Se esperava que mudasse muita coisa, porém se manteve muito das tradições festivas ligadas a realeza.

Quando mudamos nosso olhar para o cenário teatral pernambucano como um todo, nota-se que novas datas passaram a ser festejadas após a abdicação, e uma memória histórica alternativa ia gradativamente sendo construída. Além das já mencionadas novas

homenagens ao imperador D. Pedro II, a partir de 1831 passou-se a ser anual fazer uma homenagem ao dia 25/03, aniversário da constituição, e o dia 03/05, aniversário da abertura da assembleia. Curioso é que ambas as datas já estavam tipificadas no calendário como dia de festa nacional. Porém percebemos na nossa investigação dos periódicos pernambucanos que só a partir da abdicação que os teatros desta província passaram a festejar essas duas datas.

A festa também traz uma novidade no monumento de veneração. Em vez do quadro do imperador ou de alguém da realeza, se anunciava no cortejo do teatro uma esfinge/emblema da constituição, ou um "emblema da liberdade". Enquanto o primeiro nos é mais claro o que seria, o tal emblema da liberdade nos é um mistério, porém é notável que ele aparece nas festas que não faziam referência a realeza brasileira, o que nos leva a crer que se tratava também da "esfinge da constituição". Um anúncio, porém, traz os dois símbolos para um mesmo dia de festa, só que em horários diferentes, podendo ser um indicativo de que eram símbolos diferentes:

> Theatro de tarde
> Preço geral 320 reis - Dia 25 de Março, Grande Galla, Anniversario da Constituição. Depois de uma insigne Sinfonia se representará um excellente, e muito patriótico Dram Constitucional, no qual se cantará o hymno Nacional, perante a **Esfinge da Constituição**, e findará o Expetaculo com a representação do terceiro acto de Santa Cecília […];
>
> Theatro de Noite
> Assim que forem 8 horas, se executará a Overtura Semirames por grande Orchestra ornada de atabales, gran caixa, e mais instrumentos belicos; Representar-se ha hum insigne Drama Liberal, cantando-se o Hymno Patriotico perante o **Emblema da Liberdade**, seguido da Overtura O Turco em Italia, no fim do qual se cantará […] (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 24/03/1832) (grifo meu).

Sendo diferentes ou iguais, esses dois símbolos alternativos colocados para cortejo, juntamente com aquele fato histórico sendo festejado, pode nos mostrar que o impacto da abdicação no calendário festivo do teatro fora a proposição de festas que pudessem trazer símbolos nacionais alternativos aos ligados diretamente a realeza. Eram símbolos que lembravam bem os contrapesos ao poder político centrado na figura do

imperador, equilibrando o calendário de festejos nos teatros pernambucanos, que antes eram quase que exclusivamente dedicados a realeza. Certamente aquilo vinha no contexto de maior participação dos liberais federalistas nos debates políticos.

Diferente do teatro recifense, parecia-nos que era o Theatro de Olinda quem iniciava essa ode de festas de gala alternativas as da realeza. Consta em nosso calendário que fora o Theatro de Olinda quem primeiro comemorou o aniversário da abertura da assembleia, e que fora nesse teatro, ainda em 1831, que se fazia a primeira comemoração a abdicação do imperador, ainda que fora da data, pois a notícia da abdicação só chegou algumas semanas depois do dia 07/04. Vale dizer que os anúncios de ambas as festas diferem dos demais anúncios coletados. Ao invés de ser um anúncio do teatro, era uma carta publicada pelo jornal de autoria de um tal de José Joaquim de Oliveira Maciel, que relata ter participado de alguns festejos no teatro organizado pelos acadêmicos do Curso Jurídico de Olinda, dentre eles o aniversário da abertura da assembleia, e uma noite que parecia ser em comemoração a abdicação. Descreveremos aqui alguns trechos dessa carta para que o leitor possa entender a nossa interpretação:

> No dia 3 do corrente os Srs acadêmicos do Curso Jurídico com entusiasmo patriótico festejaram o aniversário da abertura da assembleia. E tendo eu a honra de assistir a seus alegres festejos, deram-me um bilhete para ir com eles ao Theatro. Representou-se um Drama composto pelo Acadêmico o Sr José Alves. Apareceu o despotismo coberto de cabelos brancos até a cintura, persuadindo a Olinda com suas costumadas artimanhas. […] No dia quatro divulgou-se a faustissima notícia da inesperada queda do verdadeiro, real despotismo: uma enchente de jûbilo se diffunde pelos corações de todos os Liberaes, rehnem-se os Snrs. Academicos, e alguns Olindenses na rua de S. Bento, e com hum enthuziasmo patriótico, e transportes de prazer inexplicáveis marcham com a muzica do Batalhão na melhor ordem por todos as ruas entre alegres vivas sem se offender a ninguém, eu os acompanhei até certo ponto concorendo para a boa ordem, e tranquilidade publica em extases de gosto. Nos dias seis, e sete houveram alguns movimentos que são bem patentes, e tudo se concluio em paz, e tranquilidade. No dia 8 houve Theatro, e nelle recitei um soneto que compuz sobre o dia sete de Abril, dia sempre memorável, e uma colxea sobre a planta da liberdade […] (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 20/06/1831).

Deixamos apenas as informações na carta que falavam da festa da assembleia e a da possível festa da abdicação. Cortamos da carta a descrição feita da festa da abertura da assembleia, e o soneto que foi recitado na noite teatral feita em homenagem a abdicação. A partir do que temos nesse anúncio, o Theatro de Olinda seria o primeiro dentre os dois teatros pernambucanos a exaltar as datas históricas alternativas a monarquia brasileira. E olhando o calendário do Theatro de Olinda como um todo, fora possível ver que as 8 apresentações desse teatro homenageavam muito mais datas relacionadas a fatos históricos ocorridos no Brasil do que datas relacionadas a "feitos" da monarquia. E a julgar pelo perfil "monarquista" da Casa da Ópera (ainda que também tivesse suas odes a constituição e a assembleia), é possível especular que poderia ser o Theatro de Olinda quem primeiro puxasse o hábito de se festejar outros fatos históricos diferentes da monarquia.

Para encerrar nosso trabalho, queremos ainda comentar sobre uma data homenageada unicamente pelo Theatro de Olinda, nos anos de 1833 e 1835. Nesses anos, este teatro anunciava para o dia 02 de Julho o aniversário da Restauração da Bahia. Seria esse festejo também parte de uma tradição de lembrar fatos "alternativos" a aqueles ligados a monarquia? Lembremos que a tal "restauração" da Bahia ocorre pelo fato de no contexto da independência do Brasil, a Bahia ficara sob comando de uma cúpula ligada a Portugal, detendo até de tropas portuguesas. Era como se o Brasil inteiro tivesse ficado independente, menos a Bahia, que entre lutas do povo baiano e português só conseguiu atingir tal status de independente em 1823. Logo, a data passou a representar a própria "proclamação da independência" da Bahia, sendo comemorada até hoje o 02 de julho em detrimento do 07 de setembro. O historiador Handrik Kraay (1999) explica que a comemoração dessa data contava uma história de origem do Brasil que contrariava aquela apresentada pelo estado nacional. Por isso a data nunca fora inserida num calendário oficial, permanecendo apenas como um feriado local na Bahia.

Uma das percepções de Kraay que nos ajuda a entender a comemoração dessa festa no teatro pernambucano é quando o autor diz que a festa marcava uma identidade baiana que a distinguia da própria identidade nacional (KRAAY, 1999). A festa, por seu significado na Bahia, poderia inspirar os pernambucanos a abraçar sua identidade local,

sendo então uma alternativa as várias festas que faziam alusões a feitos da monarquia. O Theatro de Olinda parecia está atuando para quem sabe se reconhecesse fatos históricos ligados a localidade, tanto dos baianos, como quem sabe dos pernambucanos. Fica-nos a curiosidade para entender como se seguiu os calendários festivos nesses dois teatros pernambucanos nos próximos anos. Um trabalho para pesquisas futuras.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível notar que a abdicação teve impacto direto na formulação do calendário dos teatros pernambucanos. Com maior volume de apresentações, nota-se no calendário da Casa da Ópera uma grande valorização das datas associadas diretamente a realeza brasileira, sendo notável no pós abdicação sua atuação para naturalização de D. Pedro 2º como imperador brasileiro, dando-lhe até uma data de "coroação". Ainda assim, uma das mudanças mais significativas no calendário do teatro no pós abdicação fora inserção de datas que faziam homenagens a assembleia constituinte e a própria constituição, rememorando fatos históricos que poderiam tirar um pouco do protagonismo da realeza na história política do Brasil.

É importante frisar que nosso trabalho se centra em investigar o calendário de festividades cívicas nos teatros pernambucanos, buscando entender como o contexto do pré e pós abdicação possa ter influenciado na formulação desse calendário. Colocar essas datas para serem comemoradas, num dos principais espaços de sociabilidade de Pernambuco, nos parece por si só importante na construção de uma memória histórica. Contudo, não devemos nos limitar a um único significado atribuído a cada um desses dias festivos. Entender os vários significados dessas festas nos teatros nos exige pesquisas mais minuciosas sobre cada um desses anúncios, analisando suas atrações, a escrita do anúncio, a repercussão da festa, dentre outros aspectos, a ser trabalhado em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

JORNAIS

Biblioteca Nacional Digital Brasil (BNDB) – Acervo da Hemeroteca Digital (Local de acesso: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/).

- Diário de Pernambuco, Pernambuco, 03/08/1829, 19/10/1829, 02/12/1829, 30/01/1830, 12/05/1830, 29/07/1830, 06/09/1830, 13/09/1830, 11/10/1830, 16/10/1830, 19/10/1830, 21/05/1831, 01/06/1831, 20/06/1831, 13/09/1831, 02/12/1831, 24/03/1832, 07/04/1832, 10/04/1832, 02/05/1832, 28/06/1832, 07/09/1832, 01/12/1832, 23/03/1833, 06/04/1833, 28/06/1833, 01/07/1833, 06/09/1833, 07/09/1833, 15/10/1833, 24/11/1833, 24/03/1834, 04/04/1834, 05/04/1834, 02/05/1834, 20/06/1834, 05/09/1834, 18/10/1834, 02/12/1834, 11/03/1835, 24/03/1835, 01/04/1835, 07/04/1835, 30/04/1835, 01/07/1835, 12/08/1835, 05/09/1835, 19/10/1835.

BIBLIOGRAFIA

BASILE, Marcello. Festas cívicas na Corte regencial. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.494-516, Jul/Dez 2006.

CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de. **A construção nacional 1830-1889**. Rio de Janeiro/Madrid: Fundación Mapfre/Editora Objetiva, 2012.

CARVALHO, Marcus. Movimentos sociais: Pernambuco (1831-1848). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil imperial - Volume II**: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardin Cavalcante. 6a edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia. As festas que a República manda guardar. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989.

OLIVEIRA, Valdemar de. **O Capoeira**: um teatro do passado. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Documentação e Divulgação, 1977.

SANTOS, Lídia. DISPUTAS PELO CALENDÁRIO DE FESTAS NO RECIFE OITOCENTISTA (1822-1850). **ANPUH-Brasil** - 30o SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019.

_____. **Luminárias, músicas e "sentimentos patrióticos"**: Festas e política no Recife (1817-1848). Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2018.

_____. POR UMA AGENDA DE FESTAS: ORGANIZAÇÃO E CONTROLE DO CALENDÁRIO FESTIVO DO RECIFE (1822-1850). **Licere**, Belo Horizonte, v.23, n.1, mar/2020.

SETTE, Mário. **Arruar**: história pitoresca do Recife antigo, Volume XII - 3. ed. Recife: Governo do Estado de Pernambuco - Secretaria de Educação e Cultura, 1978. E-book.

SOUZA, Felipe. A ÓPERA EM MEIO AOS ENREDOS SOCIAIS DO RECIFE. In: DESLANDES, Sérgio; PAULA, Karuna (org.). **Ópera no Recife:** Vozes, Bastidores, Espectadores. Recife: TITIVILLUS editora, 2018.